

19 de março de 1958

**Seminário da quarta-feira de 19 de março de 1958**

Hoje gostaria de começar a introduzir a questão destas entificações. Para aqueles que não estavam aqui na última vez, e também para aqueles que estavam, lembro o sentido do que foi dito. Tentei chamar de novo a atenção sobre as dificuldades que a noção da fase fálica coloca, mostrar que o que Freud concluiu da experiência, se se tem alguma dificuldade para fazê-lo entrar numa racionalidade biológica, se torna imediatamente mais claro, se colocarmos que o falo é tomado numa certa função subjetiva que deve desempenhar um certo papel que eu chamo de um papel de significante. Evidentemente este falo não cai do céu na qualidade de significante. Por outro lado, é preciso que em sua origem, que é uma origem imaginária, ele tenha alguma propriedade para desempenhar esta função significante que não é qualquer uma, que é uma função de significante mais especialmente adaptada que qualquer outra àquilo que ocorre no agarramento do sujeito humano no conjunto do mecanismo significante.

É, de alguma forma, um significante-encruzilhada, um significante em direção ao qual converge mais ou menos o que ocorre, a colocação do sujeito humano no sistema significante na medida em que é necessário que seu desejo passe por este sistema para se fazer reconhecer e que por causa disto ele seja profundamente modificado. Isto é um dado experimental, já que este falo, o encontramos constantemente em nossa experiência, em nossa experiência do conflito, do drama edípiano. É sua entrada no drama edípiano e nas conseqüências do drama edípiano e até de uma certa maneira problemática, ultrapassando esse drama edípiano posto que não se pode deixar de ficar estupefato pelo problema que coloca a presença deste falo, isto é, do falo paterno, nos fantasmas kleinianos primitivos, na medida em que é justamente sua presença que coloca a questão de saber em qual registro vamos inserir estes fantasmas kleinianos.

O registro, da maneira pela qual a própria Mélanie Klein o propôs, é a admissão de uma espécie de tipo ultra-precoce, ou, pelo contrário, admitir o funcionamento imaginário primitivo que vamos classificar como pré-edípiano.

Poder-se-ia quase dizer que a questão pode ser deixada de lado, pelo menos provisoriamente.

Para esclarecer esta função que se apresenta aqui de maneira completamente geral, justamente porque se apresenta essencialmente como uma função de significante, como uma função simbólica, devemos antes mesmo de levar nossas fórmulas até o último termo, ver em qual economia significante este falo está implicado. Em outras palavras, este algo que a exploração de Freud articulou sob esta forma na resolução do Édipo. Após o recalque do desejo do Édipo, o sujeito sai como novo, provido de quê? A resposta é: de um *ideal do eu*.

No Édipo normal, o recalque resulta da transposição, do *passing* do além do Édipo. Da resolução do Édipo é que, no sujeito, se constitui algo que está defronte dele, numa relação propriamente falando, ambígua.

Agora, convém que procedamos ainda passo a passo, porque se vai sempre rápido demais. Há uma coisa, em todo caso, que se destaca de maneira unívoca, quero dizer, por uma só via, daquilo que Freud primeiro, e sobre isso todos os autores, não podem não colocar como fórmula mínima; é porque há uma identificação distinta da identificação do *eu* [*mx*],

19 de março de 1958

sendo que, aqui, é numa certa relação do sujeito à imagem do semelhante que podemos ver se destacar a estrutura que se chama o *eu* [*moi*].

A do *ideal do eu* coloca um problema que lhe é peculiar: o ideal do eu não se propõe - é quase uma evidência [*lapalissadê*], uma redundância dizê-lo - como um *eu ideal* [*moi idéal*]. Sublinhei muitas vezes que os dois termos são distintos em Freud e neste texto sobre o narcisismo, e a respeito, olhemos atentamente com uma lupa: perceberemos que no texto isto é muito difícil de distinguir. Primeiro não é exato, mas se o fosse devemos por convenção nos aperceber que não há sinonímia alguma entre o que está atribuído nos textos de Freud, tomado na experiência à função do *ideal do eu* com o sentido que podemos dar à imagem do *eu* [*moi*] por mais exaltada que a suponhamos, quando dela fazemos uma imagem ideal, àquilo com que o sujeito se identifica como sendo composição de sucesso de si mesmo, modelo, se assim se pode dizer, de si mesmo, aquilo com que o sujeito se confunde, se tranqüiliza ele mesmo de sua inteireza. Por exemplo o que é ameaçado, o que é atingido quando aludimos às necessidades da certeza narcísica, aos temores de atentados narcísicos, ao próprio corpo, de algo que podemos colocar no registro deste *eu ideal*, o *ideal do eu*, sabemos isso, pois ele intervém em funções que freqüentemente são funções depressivas, e até agressivas para com o sujeito. Freud o faz intervir em formas diversas de depressão. Vocês sabem que ele tem tendência no fim do capítulo que na *Psicologia das massas e análise do eu* [*moi*] <sup>1</sup>, se chama ....., que é precisamente a primeira vez que ele introduz de maneira decisiva e articulada esta noção de *ideal do eu*. Ele tem tendência a colocar todas as depressões no registro, não do *ideal do eu*, mas de alguma relação vacilante, de alguma relação conflitante entre o *eu* [*moi*] e o *ideal do eu*.

Admitamos que se possa tomar tudo quanto acontecer sob este registro depressivo, ou pelo contrário, das relações de exaltação, sob o ângulo de uma hostilidade aberta entre as duas instâncias, se assim se pode dizer, de qualquer que seja a instância de onde parta a declaração das hostilidades, quer seja o *eu* [*moi*] que se insurja, quer o *ideal do eu* se torne severo demais com o que comportam as conseqüências e os contragolpes de todo e qualquer desequilíbrio desta relação excessiva.

Este *ideal do eu*, pois, em todo caso é algo que nos propõe seu problema. Dizem: o *ideal do eu* sai de uma identificação tardia ligada à relação, em todo caso terceira, que é a do Édipo, uma relação onde se misturam de maneira complexa as relações de desejo com relações de rivalidade, de agressão, de hostilidade. Algo ocorre, e o resultado do conflito é o objeto de uma balança. É incerto que o resultado do conflito se proponha em todo caso como havendo provocado uma transformação subjetiva: que a introdução, dizem a introjeção, no interior de uma certa estrutura deste algo que, em relação ao sujeito, é doravante uma parte de si mesmo, tenha no entanto conservado uma certa relação com um objeto exterior. Se ambas as coisas não estivessem presentes, se aqui não fosse manifesto que a análise nos ensina que intra-subjetividade e intersubjetividade não podem ser separadas, isto é, que no interior do sujeito, em funções que ele leva consigo por todo lugar, quaisquer que sejam as modificações que intervenham em sua vizinhança e seu meio, o que está adquirido como *ideal do eu* é algo que está no sujeito como o exilado leva sua pátria na sola de seus sapatos: seu *ideal do eu* lhe pertence efetivamente, ele é algo adquirido. Não é um objeto, é algo que está *a mis* no sujeito. Quero dizer então que se estas insistências sobre a noção de que intra-subjetividade e intersubjetividade devem permanecer ligadas em todo caminhar

<sup>1</sup> Provavelmente *Massenpsychologie und Ich-Analyse* transcrito assim: *na cena psicológica e de análise do eu*, talvez por homofonia.

19 de março de 1958

analítico correto, é porque as relações entre as instâncias de que se trata, e isto está provado pelos usos correntes, pelas mínimas necessidades da linguagem quando falamos das relações entre *eu* [*me*] e *ideal do eu*, são relações, digamos, ordinariamente na análise. Fala-se a respeito como de relações que podem ser boas ou más, conflituais ou acordadas. Deixa-se entre parênteses, ou não se termina de formular o que deve ser formulado: é porque estas relações estão estruturadas, articuladas como relações intersubjetivas.

No interior do sujeito se reproduz, e, claro, vocês o vêem bem, não pode se reproduzir a não ser a partir de uma organização significativa, o mesmo tipo de relações que existem entre sujeitos. Não podemos pensar, ainda que o digamos, que isso possa ocorrer só ao dizê-lo, que o *sobre-eu* [*surme*] seja efetivamente algo severo que toca-lhe o *eu* [*me*] para lhe fazer atroz misérias. Não é uma pessoa, ele funciona no interior do sujeito como um sujeito se comporta em relação a outro sujeito e justamente nisto há uma relação entre os sujeitos que nem por isso implica existência da pessoa. Bastam condições introduzidas pela existência, o funcionamento como tal do significante, para que relações intersubjetivas possam se estabelecer.

É esta intersubjetividade no interior, pois, da pessoa viva que é este algo com que lidamos na análise. É nesta intersubjetividade que devemos nos fazer uma idéia do que é esta função do *ideal do eu*. Sabem, vocês não a encontrarão, esta função, no dicionário e não lhe darão uma resposta unívoca, vocês encontrarão as maiores dificuldades. Esta função certamente não está confundida com a do *sobre-eu* [*surme*], ela veio quase junto, ela está também parcialmente confundida, ela pode ter as mesmas instâncias. No entanto ela é mais orientada para algo que, no desejo do sujeito, tem uma função tipificante que talvez pareça ligada à assunção, nem mais nem menos, do tipo sexual, na medida em que está implicado em toda uma economia, digamos, ocasionalmente, aqui, social, na assunção das funções masculinas e femininas, não simplesmente na medida em que terminam com o ato necessário para que a reprodução ocorra, mas para todo um mundo de relações entre o homem e a mulher.

Qual é o interesse das conquistas da análise sobre este assunto?

É de haver podido penetrar em algo que só se mostra, de certa forma, superficialmente, e por estes resultados de haver penetrado neste algo através dos casos em que o resultado é falho, e é precisamente o método bem conhecido, dito psicopatológico, que consiste em nos decompor, em nos desarticular uma função agarrando-a lá onde ela se encontrou insensivelmente e calada, desviada, onde por este fato, aquilo que se insere habitualmente mais ou menos normalmente num complemento de vizinhança, parece ter suas raízes, seus ângulos.

Com a experiência que tomamos da incidência em parte falha, ou que supomos provisoriamente falha, da identificação de um certo tipo de sujeito com o que se pode chamar de seu tipo regular, seu tipo satisfatório, vamos ver como escolhemos, porque é necessário escolher um caso peculiar. Tomemos, pois, no caso das mulheres, daquilo que foi chamado de *masulinity complex*, o complexo de masculinidade, da maneira pela qual está sendo articulado com a existência da fase fálica. Podemos fazê-lo, porque da existência desta fase fálica, lhes mostrei primeiro o lado problemático.

Será que há aí algo instintual? Uma espécie de vício do desenvolvimento instintual? Aquele que faz com que, de alguma forma, a existência do clitóris fosse, somente ela, a

19 de março de 1958

responsável, a causa daquilo que traduziria, no fim da cadeia, a existência do complexo de masculinidade?

Desde já estamos preparados para entender que isso não deve ser tão simples assim, e que se olharmos de mais perto, em Freud isso não é tão simples assim, e em todo caso o debate que se seguiu foi feito para nos mostrar que isso não é tão simples, mesmo se o debate estava mal inspirado, isto é, se ele partia de certa maneira, de petições de princípio, a saber, que não devia ser assim. Nem por isso deixa de ser não questionável que ele viu que não era assim, que não era pura e simplesmente uma questão de rodeio que é exigida no desenvolvimento feminino, por uma anomalia natural, ou simplesmente pela famosa bissexualidade de que se trata, que isso é mais complexo, que nem por isso somos capazes, logo e simplesmente, de formular o que é, mas que certamente o que vemos é que na vicissitude daquilo que se apresenta como complexo de masculinidade na mulher, há algo que desde já nos mostra uma conexão deste elemento fálico, um jogo, um uso deste elemento fálico que em todos os casos merece ser lembrado, posto que aquilo para que um elemento pode ser posto em uso, é de natureza a nos esclarecer sobre o que este elemento é, sobre seu fundo.

O que, pois, nos dizem os analistas, especialmente os analistas femininos que tem abordado o assunto?

Não diremos hoje tudo aquilo que ele nos dizem. Refiro-me especialmente a dois destes analistas que estão por trás da discussão jonesiana do problema, que são Helene Deutsch e Karen Horney. Aqueles de vocês que lêem o inglês poderão se referir a um artigo de Helene Deutsch, por um lado, que se chama *The Significant of Masochism*..... [Jan, 1930, vol.1, parte 13] e por outro lado, a um artigo de Karen Horney [Vol.15, Jan, 1924].

Tomemos Karen Horney. O que ela nos diz?

O que quer que seja que se pense das formulações dos últimos termos aos quais ela chegou na teoria como na técnica, Karen Horney foi no plano clínico, desde o início e até a metade de sua carreira, incontestavelmente uma criadora, que viu coisas que conservam todo seu valor, do que ela pôde deduzir mais ou menos concernente à situação antropológica da psicanálise. Suas descobertas guardam, porém, todo seu valor.

O que ela destaca neste artigo sobre o complexo de castração?

O que ela destaca pode ser resumido assim: Ela nota a ligação, a analogia clínica de formação na mulher, de tudo quanto se ordena em torno da idéia da castração com tudo quanto isso comporta de ressonância, de traços clínicos naquilo que o sujeito em análise articula como reivindicações, propriamente falando, do órgão, como de algo que lhe falta.

Ela mostra por uma série de exemplos clínicos - convém que vocês se refiram a este texto - que não há diferença de natureza, os casos se continuam insensivelmente com os que se apresentam como certos tipos de homossexualidade feminina, a saber, aqueles onde aquilo a que o sujeito se identifica numa certa posição em relação a seu parceiro, é a imagem paterna. Os tempos são compostos da mesma maneira, os fantasmas, os sonhos, as inibições, os sintomas são os mesmos. Parece que uma forma, nem se pode dizer, atenuada do outro, simplesmente ultrapassou ou não ultrapassou a fronteira, um certa fronteira que permanece incerta.

19 de março de 1958

O ponto que a este respeito Karen Horney enfatiza é este: O que para estes casos ocorre, nos incita a concentrar nossa atenção sobre um certo momento do complexo de Édipo, que não é o primeiro, que não está no meio, que está muito longe em direção ao fim, posto que supõe já alcançado este momento em que não somente a relação ao pai está constituída, mas que está tão bem constituída que se forma no sujeito menina sob a forma de um desejo expresso do pênis paterno, algo, dizem, e enfatizam, com toda razão, que implica, pois, um reconhecimento desta realidade do pênis, não fantasmático, não em geral, não nesta luz ambígua que nos faz a todo instante nos perguntar o que é que o falo, neste plano, no plano da questão: - é imaginário ou não? - e, evidentemente, em sua função central, ele implica esta existência imaginária, este falo que, em diversas fases do desenvolvimento desta relação, o sujeito feminino pode contra tudo e contra todos, afirmar que o possui, sabendo muito bem que não o possui. Ele o possui simplesmente na qualidade de imagem, seja que o tivera naquilo que articula, seja que deva o ter, como é freqüente.

Dizem que aqui se trata de coisa bem diferente. Trata-se de um pênis realizado como real, sendo como tal, esperado. Eu poderia adiantar isto, se não já tivesse, modulando em três tempos o complexo de Édipo, feito notar que é sob modos diversos que ocorre cada destes três tempos, e que o pai, na qualidade de possuidor de pênis real, é algo que intervém no terceiro tempo. Eu o disse especialmente no menino: eis as coisas perfeitamente situadas na menina.

O que ocorre, segundo nos dizem?

Dizem que nos casos de que se trata, é da privação do que está esperado que vai resultar este fenômeno que não foi inventado por Karen Horney, que está sempre posto em ação no texto de Freud, que é esta transformação, esta virada, esta mutação que faz com que aquilo que era amor se transforme em identificação, que é na medida em que o pai decepciona uma esperança orientada, pois, de certa maneira, que comporta uma maturação já avançada da situação. Que é na medida em que esta exigência do sujeito, pode-se dizer, alcançou o auge da situação edípiana - se justamente sua função não consistisse nisto - que deve ser transposta, isto é, que é nesta transposição que o sujeito deve encontrar esta identificação satisfatória, aquela a seu próprio sexo, que ocorre este algo que sonha e que está articulado como tal, como um problema, como colocando um mistério. No próprio Freud, está sublinhado que este jogo que admitimos como sendo a possibilidade por excelência da transformação do amor em identificação, é algo não muito fácil.

Todavia é isto que admitimos neste caso, por uma primeira razão que é constatarmos que neste momento se trata de articulá-lo, de dar uma forma que nos permita conceber o que esta identificação é, enquanto ligada a um momento de privação.

É por isso que gostaria de lhes dar algumas fórmulas, porque considero que são úteis para distinguir o que é isso e o que não é isso; em outras palavras, de introduzir este elemento essencial da dialética, de articulação significativa que não dou aqui pelo prazer, se assim posso dizer, e pelo gosto de nos reencontrar nas palavras, mas, pelo contrário, para que o uso que fazemos habitualmente das palavras e dos significantes, não seja um uso semelhante ao que se chama confundir coisas insuficientemente articuladas por coisas suficientemente esclarecedoras em si mesmas. É articulando-as bem que poderemos medir efetivamente o que está ocorrendo e o que está ocorrendo num caso e num outro.

19 de março de 1958

O que está ocorrendo quando o sujeito em questão, o sujeito feminino, tomou uma certa posição de identificação ao pai?

A situação, se quiserem, é a seguinte: Eis aqui o pai, algo no nível da criança foi esperado, enfim o resultado paradoxal, singelo, é que sob um certo ângulo e de certa maneira, dizem que a criança se torna na qualidade de *ideal do eu*, este pai. Claro que não se torna realmente o pai, e aí, neste caso a mulher sempre pode falar de suas relações a seu pai, basta escutá-la da maneira mais aberta, dizer: eu tusso como ele, por exemplo. É de uma identificação mesmo que se trata. Então, tentemos ver o que ocorre, tentemos ver passo a passo a economia da transformação.

Nem por isso a menina está transformada em homem. O que encontramos como signos, como estigmas desta identificação, são coisas que se exprimem em parte, que podem sair como aquelas, que podem até ser notadas pelo sujeito, de que o sujeito pode se gabar, de uma certa maneira. O que é?

Aí, não é duvidoso. São elementos significantes. Se uma mulher diz: Eu tusso como ele, eu ando como ele, como meu pai, são elementos significantes, de que se trata provisoriamente. Mais exatamente, para entender do que se trata, usaremos outro nome, um termo especial, porque não são significantes postos em jogo numa cadeia significativa. Nos os chamaremos de as *insígnias* do pai.

A atitude psicológica mostra aqui, na superfície, isto é, que o sujeito, em suma, para chamar as coisas por seu nome, se apresenta sob a máscara, ou se coloca sobre este algo que está sobre o lado parcialmente indiferenciado que há em todo e qualquer sujeito como tal, se põem os insignos da masculinidade.

Convém aqui se perguntar com a lentidão que é sempre o que deve nos preservar do erro, daquilo que o desejo se torna na busca. De onde partiu tudo isso? Afinal, o desejo não era um desejo viril. O que advém do desejo, na medida em que o sujeito a este nível tomou as insígnias do pai? Estas insígnias vão ser usados para com quem? Para com algo terceiro, para com algo de que nos dirão que isto toma, porque a experiência o mostra, o lugar daquilo que, na primitiva evolução do complexo de Édipo, estava neste lugar terceiro, isto é, a mãe. A análise de um caso como este mostrará que aquilo que a partir do momento da identificação, isto é, a partir do momento em que o sujeito de reveste das insígnias daquilo a que está identificado, há transformação do sujeito numa certa direção que é da ordem de uma passagem para o estado de significante, de algo que é isto, as insígnias. Mas o desejo que entra em jogo não é mais o mesmo, como se fosse aquilo que era esperado nesta relação ao pai, algo que podemos supor o ponto que as coisas alcancem, no ponto em que estejamos naquele momento no complexo de Édipo, algo extremamente próximo de uma posição genital passiva, de um desejo apaixonado, de um apelo propriamente feminino, ficando bem claro que não é o mesmo que está presente após a transformação.

Deixemos por enquanto a questão de saber o que ocorreu com este desejo. Há pouco, dissemos privação. Vale voltar a isto, pois poderíamos também dizer frustração. Por que privação e não frustração? Digo que aqui o fio fica pendente.

De qualquer maneira, o que vai se estabelecer, na medida em que o sujeito que aqui veio se estabelecer, também aí, na medida em que ele tem um *ideal do eu*, algo pode ter ocorrido no interior de si mesmo, que está estruturado como na intersubjetividade, este sujeito vai exercer um certo desejo, que é o quê? Sobre este esquema, o que aparece são as relações do pai à mãe. Está claro que o que encontramos numa análise, na análise de um sujeito como

19 de março de 1958

este, não é o duplo, a reprodução daquilo que ocorria entre o pai e a mãe, por toda sorte de razões, nem que fosse porque o sujeito chegou aí só imperfeitamente, que a experiência mostra, pelo contrário, que o que vai vir na relação, é todo o passado, todas as vicissitudes das relações extremamente complexas que até este momento modularam as relações da criança com a mãe, isto é, tudo quanto desde a origem, desde as frustrações ligadas ao que existe forçosamente de contratemplos, de choques nas relações da criança à mãe, com tudo aquilo que isso acarreta de uma relação extremamente complicada, e façamos intervir, com ênfase particular, as relações agressivas, as relações agressivas em sua forma mais original, de relação também de rivalidade, todas as incidências, por exemplo, do surgimento de elementos estranhos ao trio, a saber, de todos os irmãos e irmãs que podem ter intervindo mais ou menos inoportunamente na evolução do sujeito e em suas relações com sua mãe.

Tudo isso levará seu traço para temperar ou reforçar o que se apresentará então como reivindicação das insígnias da masculinidade. É isto que vai se projetar nas relações que, no jovem sujeito, estarão desde este momento comandadas com seu objeto a partir deste ponto da identificação em que o sujeito reveste as insígnias daquilo com que está identificado, na medida em que se tornou ou desempenha nele o papel e a função do *ideal do eu*.

Evidentemente isto é uma maneira de imaginar os lugares de que estou falando, mas isto supõe evidentemente, se quiserem entendê-lo, uma espécie de idas e vindas. O sujeito traz estas insígnias de volta consigo após o movimento de oscilação de que se trata. Ele está constituído de uma certa maneira e com um novo desejo.

Esta fórmula, este mecanismo da transformação, com o que ele comporta, a saber, a intervenção, no início, de um elemento que deve ser primeiro libidinal, e segundo, da existência ao lado de um terceiro termo com o qual o sujeito está numa relação que permite a distinção deste terceiro tempo e que para isto exige em todo caso que no passado da relação com este terceiro termo, haja intervindo este elemento radicalmente diferenciador que se chama a concorrência, e terceiro, este algo que faz com que uma espécie de troca ocorra. O que foi o objeto da relação libidinal se torna outra coisa, é transformado para o sujeito em funções significantes e seu desejo passa para outro plano, para o plano do desejo estabelecido anteriormente com o terceiro termo: este, sai na operação de seu próprio fundo, quero dizer, o outro desejo, aquele que vem se substituir ao desejo recalçado. O mesmo está, todavia, transformado. É isso que se constitui no processo da identificação.

É preciso que haja primeiro o elemento libidinal apontando um certo objeto enquanto objeto. Este objeto se torna no sujeito um significante para ocupar o lugar que doravante se chamará o *ideal do eu*. Por outro lado, o desejo sofre algo que comporta um .... É outro desejo que vem no lugar do primeiro. Este outro desejo não é um desejo que vem de nada, ele não é nada, ele existia antes, e concernia ao terceiro termo e sai daí transformado.

Eis o esquema que, peço-lhes, retenham em seu espírito, porque é, de alguma forma, o esquema mínimo de todo e qualquer processo, no sentido próprio, de identificação no nível secundário, de identificação, na medida em que fundamenta o *ideal do eu*. Nunca falta nenhum destes três termos, e o cruzamento que resulta da transformação, por um lado de um objeto trans-significante, da tomada de lugar que este significante realiza nesse momento no sujeito, e que se constitui, propriamente falando, na identificação, é este algo que encontramos na base daquilo que se constitui num *ideal do eu*, e isto se acompanha sempre por este algo que se chama, pode ser chamado de transferência do desejo, a saber, que outro desejo sobrevem, aliás, que é uma relação com um terceiro termo que não tinha

19 de março de 1958

nada a ver com a relação libidinal primeira posta em questão, e este desejo que vem se substituir ao primeiro é nesta e por esta substituição, transformado.

Isto é essencial: podemos explicá-lo, mas de outra maneira.

Digamos que para retomar nosso esquema sob a forma com que o apresentamos habitualmente, a criança, numa primeira relação com o objeto primordial - isso é a fórmula geral - toma a posição simétrica à do pai. Ela entra em rivalidade, se situa no oposto em relação à relação primitiva ao objeto, num ponto  $x$ . É por isso que se torna algo que pode se revestir com as insígnias daquilo com que entra em rivalidade, que depois reencontra seu lugar lá onde está, forçosamente, isto é, no oposto deste ponto  $x$  onde as coisas ocorreram, e lá aonde ele vem se constituir sob esta nova forma que se chama *ideal do eu*. Ela retém algo desta passagem sob a forma mais geral.

Trata-se de algo que não é mais o pai ou a mãe, mas as relações com o objeto. A mãe é o objeto por excelência. O que ele retém neste caso, nesta ida e volta que o fez, em relação ao objeto, entrar em rivalidade com um terceiro termo, é algo caracterizado por algo que pode ser chamado de fator comum que resulta da existência dos significantes, pelo fato de que no psiquismo feminino, na medida em que os homens lidam com o mundo dos significantes, e que eles são os significantes, que são a condição necessária, o desfiladeiro por onde deve passar seu desejo, nesta ida e vinda, haverá sempre algo que implicará este fator comum à incidência do significante no desejo, ao que o significa, ao que dele faz necessariamente um desejo significado. Este fator comum é precisamente o falo. É porque sempre participa, que ele é o menor denominador comum deste fator comum, que o encontramos sempre, em todos os casos, quer se trate do homem, quer se trate da mulher.

Em outras palavras, é por isso que colocamos o falo aqui, neste  $X$ , o falo, este *pequeno*  $\phi$  vocês vêem, o que disso resulta é que sempre é em relação ao seu *eu* [*me*], isto é, a este algo que se estabeleceu numa relação do sujeito consigo mesmo, e sempre mais ou menos fragilmente constituída em relação à identificação primitiva, esta, com efeito, sempre mais ou menos ideal, que o sujeito se faz de si mesmo, com uma imagem sempre mais ou menos contestada que não tem nada a ver com esta relação de fundo que tem com aquilo a que dirigiu suas demandas, isto é, o objeto.

O *ideal do eu* se constitui sempre no oposto, se assim se pode dizer, deste ponto virtual onde se produz a colocação em concorrência, o contexto do terceiro termo. É no seu oposto que há sempre uma certa relação com este fator comum metonímico que o falo é, que se reencontra em todo lugar e evidentemente o que ocorre no nível do *ideal do eu* consiste essencialmente em vê-lo, no mínimo, este fator comum, e obviamente composto de uma maneira que não o deixe ver ou que o deixe ser visto como algo que nos escapa sempre, este algo que corre no fundo de toda e qualquer espécie de assunção significante.

Há isto: é que o significante morde sempre sobre o significado. O *ideal do eu* se constitui nesta relação com o pai, ele implica sempre o falo. Aqui, o terceiro termo é o pai, ele implica sempre o falo, ele o implica sempre e unicamente na medida em que este falo é o fator comum, é o fator pivô desta instância do significante.

O que mais nos diz por exemplo uma Helene Deutsch?

Karen Horney nos mostrou a continuidade do complexo de castração com a homossexualidade feminina. Helene Deutsch falará de outra coisa. Ela também dirá que a fase fálica desempenha efetivamente o papel que diz Freud, com a diferença de que o que



19 de março de 1958

importa é se aperceber também de sua vicissitude ulterior, desta vicissitude que ela verã nisto que, diz, a adoção da posição masoquista manter este que é essencial, constitutiva, diz, da oposição feminina, se baseia sobre o plano que é na medida em que o gozo clitoridiano está proibido para a menina, que ela encontrará sua satisfação através de uma posição que não será mais unicamente passiva, mas uma posição de gozo, assegurada nesta própria privação que lhe é imposta, do gozo clitoridiano.

Há aqui um paradoxo, mas um paradoxo que Helene Deutsch defende, de algo que nela vai até preceitos técnicos, constatações de experiências, que se comportam muito bem em seu paradoxo. Quero dizer que estou trazendo aqui os dados da experiência de uma analista submetida como tal a uma certa escolha, sem dúvida, do material, mas vale a pena se deter neles.

Para Helene Deutsch, a questão da frustração feminina é algo que se apresenta de maneira bastante complexa para que ela considere que uma mulher em sua natureza de mulher e feminina, pode encontrar uma satisfação completa para que nada apareça como neurótico ou atípico em seu comportamento, em sua adaptação às suas funções de mulher, sem que se apresente para ela, sob nenhuma forma bem marcada, a satisfação propriamente genital.

Repito, isto é a posição da senhora Deutsch, a saber, que a realização da satisfação da posição feminina pode repousar inteiramente sobre o plano materno, sobre tudo quanto está presente em todas as suas etapas da realização da função de reprodução, a saber, nas satisfações próprias ao estado de gravidez, da amamentação e da manutenção da posição materna, a maturação da satisfação, ligada ao próprio ato genital, ao próprio orgasmo, para chamá-lo por seu nome, sendo algo bastante ligado a esta dialética da privação fálica para que Helene Deutsch formule que, nos sujeitos, ela encontrou, de maneira mais ou menos adiantada, de uma maneira mais ou menos impulsionada, esta implicação na dialética fálica, a saber, que é em relação ao homem, em relação a um certo grau de identificação masculina que se constitui um equilíbrio forçosamente conflitual, logo, precário, da personalidade. Uma redução demasiadamente adiantada desta relação complexa, um adiantamento a um grau muito alto da análise pode frustrar o sujeito daquilo que ele até agora, tem mais ou menos realizado do gozo no plano genital, e vai até comportar, para ela, a indicação de deixar de qualquer modo ao sujeito o pênis de suas identificações mais ou menos bem sucedidas sobre este plano, e em todo caso, adquiridas: de não decompor, se assim se pode dizer, por uma análise excessivamente profunda, não reduzir, analisar estas identificações, correndo o risco de colocá-lo em postura de perda em relação àquilo que estas análises revelam como sendo o fundo, a estrutura do gozo adquirido até aí, até a análise, na medida em que este adquirido estaria ligado, esta aquisição, no plano do gozo genital, a algo que é justamente o passado do sujeito em relação às suas identificações na medida em que o gozo pode consistir na frustração masoquista de uma certa posição que em determinado momento foi conquistada; e para ser mantida, a frustração necessita da permanência das posições onde esta frustração pode se exercer.

Em outras palavras, em certas condições, as reduções de identificação propriamente masculinas, podem constituir-se num perigo para o que foi conquistado pelo sujeito no plano do gozo na própria dialética desta identificação.

Isto vale o que vale. A questão é que isto foi avançado por alguém que não é sem experiência e que, nem que fosse somente por suas reflexões, se manifesta como alguém que reflete sobre sua profissão e sobre as conseqüências daquilo que faz. Porém, é a este título, e somente a este título, que isso merece ser mantido na questão.

19 de março de 1958

Repito, para resumir a posição da senhora Deutsch, é no além do ato genital tal como se apresenta efetivamente nas relações interhumanas, não digo que se apresenta nos pintarroxos e nos louva-a-deus, mas na espécie humana, pareceria que o centro de gravidade, o elemento de satisfação maior da posição feminina se encontraria no além desta relação genital como tal. De certa maneira, tudo quanto poderia ser encontrado aí pela mulher se ligaria essencialmente a uma dialética cuja intervenção aí não deve nos surpreender.

O que isso significa?

Isso significa que este algo que está tão bem manifestado na posição do homem em relação ao ato genital, a saber, a extrema importância do que se chama o prazer preliminar, talvez seja o que dá simplesmente, de maneira mais acentuada, os materiais libidinais a serem postos em causa, mas que estes materiais libidinais entram em jogo efetivamente a partir de sua tomada na história do sujeito numa certa dialética significativa implicando a intrusão da identificação possível com o terceiro objeto que, no caso, é o pai, e que tudo quanto vem sob o título de reivindicação fálica e de identificação com o pai, complicada pela relação da mulher a seu objeto, é tão somente a elaboração significativa daquilo a que são tomadas de empréstimo, as satisfações que ocorrem no ato genital, a saber, aquilo que chamei há pouco de prazer preliminar, o próprio orgasmo, e como tal, quero dizer, na medida em que estará identificado ao topo do próprio ato, colocando efetivamente à experiência o problema da mulher, de algo que merece, com efeito, ser colocado, haja visto tudo o que sabemos fisiologicamente da ausência de uma organização nervosa diretamente feita para provocar a volúpia na vagina.

Isto nos leva a formular esta questão da relação do *ideal do eu* a uma certa vicissitude do desejo e a formulá-la assim: temos, pois, no menino, e também na menina, num dado momento, uma relação a um certo objeto, qualquer que seja, a um objeto desde já constituído, constituído em sua realidade de objeto, e este objeto vai se tornar algo que é o *ideal do eu*. Vai tornar-se através de suas insígnias.

Por que o desejo de que se trata nesta relação ao objeto foi chamado nesta ocasião, de privação?

Ele foi chamado nessa ocasião privação, porque o que se constitui em sua característica é, não como o dizem, porque ele concerne a um objeto real, é preciso, claro, que o pai, no momento em que intervém no primeiro exemplo que dei da evolução na menina, seja efetivamente um ser bastante real em sua constituição fisiológica para que o falo tenha passado para um estágio de evolução que vai além da função puramente imaginária que ele pode conservar por muito tempo no *penis-neid*. É certo.

O que se constitui na privação do desejo, não é que ele vise algo real na ocasião, mas que visa algo que pode ser demandado. Não pode haver e se instaurar, propriamente falando, dialética de privação, a não ser quando se trata de algo que o sujeito pode simbolizar. É na medida em que o pênis paterno pode ser simbolizado, pode ser demandado, que se produz o que ocorre ao nível da identificação de que se trata hoje.

Aqui há algo totalmente distinto daquilo que intervém ao nível do interdito que se constitui, por exemplo, no gozo fálico, o gozo clitoridiano, para chamá-lo por seu nome, e talvez em certo momento da evolução, interdito.

19 de março de 1958

O que está proibido joga o sujeito em algo onde ele não tem mais como se significar. É o que, propriamente falando, faz o caráter doloroso, e é na medida em que o *eu* [*me*] pode por parte do *ideal do eu*, por exemplo, ocasionalmente, se encontrar nesta posição de rejeição, que se estabelece o estado, propriamente falando, melancólico.

Voltaremos sobre a natureza desta rejeição, mas saibam desde já, que aquilo a que estou aludindo pode ser posto em relação com o termo alemão que está em nosso vocabulário, aquilo que pus em relação com este termo de *rejeição*, a saber, o termo de *Verwerfung*. É na medida em que por parte do *ideal do eu*, o sujeito pode estar em sua realidade viva, nesta posição de exclusão de qualquer significação possível, de exclusão, que se estabelece o estado depressivo como tal.

Mas aquilo de que se trata no *ideal do eu* é um processo completamente oposto: consiste nisto, que o sujeito é confrontado com algo que chamamos de privação, na medida em que é um desejo negativo, que é algo que pode ser pedido, é no plano da demanda que o sujeito vê seu desejo ser negado, esta ligação entre o desejo na qualidade de negado, e o objeto. É isso que no início, é a constituição deste objeto, como um certo significante que toma um certo lugar, que se substitui ao sujeito, que se torna uma metáfora do sujeito, o que ocorre na identificação ao objeto do desejo, no caso em que a menina se identifica a seu pai. É isto mesmo: este pai que ela desejou e que lhe negou o desejo de sua demanda, se torna algo que está em seu lugar. O caráter metafórico da formação do *ideal do eu* é um elemento essencial, e da mesma forma que na metáfora, o que resulta é a modificação de algo que não tem nada a ver com o desejo que é implicado na constituição do objeto, que é um desejo que naquele momento está alhures, o desejo que havia ligado a menina à sua mãe, chamemo-lo *pequeno d* em relação ao *grande D*. Toda a aventura precedente da menina com sua mãe, vem aqui tomar lugar na questão e sofre as conseqüências desta metáfora: se torna ligado.

Reencontramos aqui a fórmula da metáfora que lhes dei; com efeito, é, vocês o sabem, isto é, algo que resulta de uma mudança de significação. Depois da metáfora, esta mudança de significação é algo que se produz nas relações até agora estabelecidas pela história do sujeito, posto que, em suma, continuamos estando com o primeiro exemplo da menina com a mãe.